

OS SENHORES DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO*

Clarinda Rodrigues LUCAS*

Clarl@obelix.unicamp.br

RESUMO

O artigo explora a figura dos profissionais da informação enquanto construtores da memória coletiva a partir do livro "História e memória" de Le Goff, ressaltando os aspectos característicos de cada período, observando a evolução semântica da palavra memória e as várias conotações que esta palavra assume. Aponta para a construção de uma memória coletiva desterritorializada e globalizada como uma das grandes questões da sociedade atual, entendendo que os bibliotecários se inserem com diferentes níveis de autonomia na construção desta memória. Conclui que a memória funciona como espaço que legitima, atualiza e reorganiza o imaginário da sociedade.

Palavras-chave: memória, bibliotecários, informação, imaginário.

OS SENHORES DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO

"Uno de los hábitos de la mente es la invención de imaginaciones horribles. Ha inventado el Infierno, ha inventado la predestinación al Infierno, ha imaginado las ideas platónicas, la quimera, la esfinge, los anormales números transfinitos (donde la parte no es menos copiosa que el

(*) Este artigo é parte da tese de doutorado defendida no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, em 1996.

todo), los espejos, las óperas, la teratológica Trinidad: el Padre, el Hijo y el Espectro insoluble, articulados en un solo organismo ... Yo he procurado rescatar del olvido un horror subalterno: la vasta Biblioteca contradictoria, cuyos desiertos verticales de libros corren el encesante albur de cambiarse en otros y que todo lo afirman, lo niegan y lo confunden como una divinidad que delira."

(Borges, in La Biblioteca Total)

Le Goff¹, no seu livro "História e memória", faz um percurso através da história, desde a Grécia arcaica até os dias atuais, onde afirma que os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores de "mecanismos de manipulação da memória coletiva por parte de classes, de grupos, de indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas", revelando também a preocupação destas categorias em tornarem-se "senhores da memória e do esquecimento".

Para além da reconstrução histórica dos diferentes meios encontrados pelo Homem para fixar, organizar e estabilizar o que vem a constituir-se a memória coletiva, interessa-nos explorar a figura dos profissionais da memória que anonimamente a constroem. Este será o nosso fio condutor.

Nas sociedades sem escrita havia a figura dos homens-memória, depositários da história "objetiva" e da história "ideológica" atuando como guardiães dos códices reais, os historiadores da corte, os genealogistas. Nestas sociedades a memória coletiva parecia ordenar-se em torno dos mitos de origem, do prestígio das famílias dominantes - as genealogias e o saber técnico - ligados à magia religiosa. A sua manutenção visava a coesão do grupo. O desenvolvimento da escrita permitiu à memória coletiva o desenvolvimento de duas formas. Uma delas é a da inscrição na pedra e no mármore dos acontecimentos memoráveis através de monumentos nos templos, nos cemitérios, nas praças da Grécia e Roma antigas, servindo como afirmação e publicidade das conquistas. A memória aqui é a do vencedor.

A outra forma de memória ligada à escrita é o documento (o manuscrito), com função de armazenar informações, permitindo a sua comunicação através do tempo e do espaço. A função da escrita ao permitir a passagem da memória oral para a visual, permite o

reexame, a reordenação e a retificação de frases e até de palavras isoladas. O passo seguinte nos leva à fronteira onde a memória se torna história; os reis criam *instituições-memória*: arquivos (diplomáticos, financeiros, administrativos), bibliotecas, museus, memória real, onde os reis narram acima de tudo os seus feitos.

Le Goff cita, como exemplo, os arquivos reais chineses, que tinham como suporte o bambu, datados do século IX A.C., compostos sobretudo por perguntas e respostas dos oráculos, formando um repertório de receitas de governo, onde os arquivistas tinham a qualidade de adivinhos: eram os guardiães dos acontecimentos memoráveis próprios de cada reinado.

ORGANIZAÇÃO DO SABER - ORGANIZAÇÃO DO PODER

Com a passagem da oralidade à escrita, um novo saber-fazer técnico permite a memorização palavra por palavra: os processos mnemotécnicos. Nas civilizações antigas são importantes as listas lexicais, os glossários, os tratados de onomástica, assentados na idéia de que *nomear é conhecer*.

O aparecimento dos *funcionários da memória* pode ser localizado numa instituição citada por Le Goff:

"A instituição é a do *mnemon* que permite observar o aparecimento, no Direito, de uma função social da memória. O *mnemon* é uma pessoa que guarda a lembrança do passado em vista de uma decisão de justiça. Pode ser uma pessoa cujo papel de "memória está limitado a uma operação ocasional. Por exemplo, Teofrasto assinala que na lei de Thurium os três vizinhos mais próximos da propriedade vendida recebem uma peça de moeda "em vista de lembranças e de testemunho". Mas pode ser também uma função durável. O aparecimento destes *funcionários da memória* lembra os fenômenos [...] relacionados ao mito, e à urbanização. Na mitologia e na lenda, o *mnemon* é o servidor de um herói que o acompanha sem cessar para lhe lembrar uma ordem divina cujo esquecimento traria a morte. Os *mnemones* são utilizados pelas cidades como

magistrados encarregados de conservar na sua memória o que é útil em matéria religiosa (nomeadamente para o calendário) e jurídica. Com o desenvolvimento da escrita estas *memórias vivas* transformaram-se em *arquivistas*".

Temos a salientar que estas *memórias vivas* estavam ligadas diretamente a manutenção do poder do Estado, da Igreja, que se concentravam no rei, no imperador, no papa.

A MEMÓRIA COMO TÉCNICA - DESSACRALIZAÇÃO DA MEMÓRIA

A mnemotécnica contribuiu para a dessacralização da memória, acentuando seu caráter técnico e profissional. A partir de seu aparecimento, o que antes era tido como um dom, no âmbito do sagrado, passa a ser visto como técnica. A memória artificial a partir da mnemotécnica estava baseada em dois princípios: a lembrança das imagens, necessária à memória, e o recurso à uma organização, uma ordem, essencial para a boa memória. A distinção entre os *lugares da memória*, onde por associação os objetos da memória são dispostos e as *imagens*, formas, símbolos que permitem a recordação mnemônica foram muitos importantes.

Nenhum dos tratados de mnemotécnica da Grécia antiga chegou até nós. Três textos latinos nos informam sobre ela, e constituíram a teoria clássica da memória artificial, durante séculos: a *Rhetorica ad Herennium*, compilada por um mestre anônimo de Roma entre 86 e 82 a.C., e que na Idade Média foi atribuída a Cícero, o *De oratore* de Cícero (55 a.C.) e o *Institutio oratoria* de Quintiliano, no fim do século I de nossa era. Como se vê nestes títulos, a memória está incluída na retórica, que dominou a cultura antiga, renasceu nos séculos XII-XIII, durante a Idade Média e, com os semióticos e outros retóricos, reapareceu em nossos dias.

METAMORFOSES DA MEMÓRIA NA IDADE MÉDIA

Nessa perspectiva, os traços mais característicos da memória na Idade Média são a cristianização da memória e da

mnemotécnica, havendo uma repartição entre uma memória litúrgica e uma memória laica; o desenvolvimento do culto à memória dos mortos, principalmente dos santos; a articulação do oral com o escrito no ensino; e o aparecimento dos tratados de memória (*artes memoriae*).

A partir da doutrina clássica dos lugares e das imagens, Tomás de Aquino formulou um conjunto de regras mnemônicas que influenciaram, principalmente durante os séculos XIV e XVII, os teóricos da memória (teólogos, pedagogos e artistas): a necessidade de se criar simulacros, isto é, lugares adequados para se guardar as coisas que se desejam recordar; imagens guardadas em uma ordem calculada, de forma que de um ponto recordado se torne fácil a passagem ao ponto que lhe sucede (a memória é razão); e também a necessidade de se meditar com freqüência no que se deseja recordar.

A IMPRENSA E OS PROGRESSOS DA MEMÓRIA ESCRITA

Leroi-Gourhan² caracterizou bem a revolução da memória pela imprensa, ressaltando que até o seu aparecimento dificilmente se distinguem diferenças entre a transmissão oral e a transmissão escrita. A massa do conhecido permeia as práticas orais e as técnicas; sendo que é no manuscrito que se fixa, desde a Antigüidade, todo o saber acumulado, para ser aprendido de cor. Com o impresso, o leitor além de ter diante de si uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, é freqüentemente exposto a textos novos. Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual.

OS CAMPOS SEMÂNTICOS: MNEME E MEMÓRIA

Observando a evolução, na língua francesa, dos dois campos semânticos saídos da *mneme* e da *memória*, o autor (Le Goff, idem) verifica que esta palavra sofreu várias modificações: na Idade Média aparece a palavra central *mémoire*, no século XI. *Mémorial* (...contas financeiras) em 1320, *mémoire*, no masculino, designando um dossiê administrativo.[...]. O século XV vê o aparecimento de

mémorable ligado às *artes memoriae* juntamente com a renovação da literatura antiga - memória tradicionalista. No século XVI, em 1552, aparecem os *mémoires*: memórias de algum personagem; é o século em que a história nasce e o indivíduo se afirma.

O século XVIII cria, em 1726, o termo *mémoraliste* e, em 1777, *memorandum* derivado do latim através do inglês. A partir desta época, a opinião pública, através dos jornais, é manifesta, sendo produtora de sua própria memória. Na primeira metade do século XIX as criações verbais em torno da palavra memória proliferam: *amnésie*, na área médica, *mnémonique* (1800), *mnémotechnie* (1823), *mnémotechnique* (1836) e *mémorisation*, na pedagogia; e em 1853 *aide-mémoire*. Em 1907 *mémoriser* resumindo a influência adquirida pela memória em expansão.

Por esse breve percurso recuperado por Le Goff da palavra memória na língua francesa, podemos trazer para a reflexão as várias conotações que esta palavra assume: a de testemunho administrativo (dossiê) a serviço do poder (o rei); a serviço das artes e da literatura; a serviço do indivíduo (memória pessoal para as gerações futuras); a serviço da opinião pública (memória jornalística); a serviço da ciência médica e do ensino (a memória como capacidade do ser humano armazenar conhecimento); a serviço do homem através das máquinas (memória agregada - a atual memória dos computadores).

A MEMÓRIA COLETIVA EXTERIORIZADA

A memória técnica, científica e intelectual passa a estar reunida, no século XVIII, nos dicionários e enciclopédias, constituindo cada vez mais a memória exteriorizada, isto é, a memória não depende mais da capacidade de memorização, de técnicas de recordar. Ela está fragmentada, nos diversos tópicos de entrada dos textos que a armazenam, caracterizando-se como uma forma evoluída de memória exterior. A Grande Encyclopédie, editada em 1751, foi elaborada como uma série de manuais, reunidos como um dicionário, configurando-se como *memória alfabética* parcelar na qual cada engrenagem isolada mantém uma parte animada da memória total.

A MEMÓRIA NACIONAL E OS ARQUIVOS PÚBLICOS

Os séculos XVIII e XIX assistem na Europa ao aparecimento dos depósitos centrais de arquivo, principalmente aqueles destinados a fornecer à memória coletiva das nações: os “monumentos de lembrança”.

Com a criação dos arquivos nacionais na França, consequência da Revolução de 1790, os documentos da memória nacional francesa passam a ser públicos; a Inglaterra organiza em 1838 o Public Record Office em Londres, e o arquivo secreto do Vaticano, criado em 1611, é aberto ao público por Leão XIII.

São criadas, neste período, as primeiras instituições voltadas para a formação de especialistas no tratamento de fundos de memória em Paris (1821), em Viena (1854) e em Florença (1857). É deste período o aparecimento dos museus abertos ao público (Londres, São Petersburgo, Madri, Berlim, Florença), destinados a fornecer à memória coletiva das nações os monumentos da lembrança. Também as bibliotecas são abertas ao público, principalmente nos Estados, a partir de 1731.

No Brasil a criação da Biblioteca Nacional³ ocorre de maneira fortuita, com a vinda de D. João VI e da família real portuguesa em fins de 1807. A Biblioteca Nacional constituiu-se inicialmente da livraria que o rei de Portugal D. José I organizara para substituir a Real Biblioteca da Ajuda, destruída pelo terremoto e posterior incêndio de Lisboa em 1755. Quando a corte portuguesa regressou para Lisboa em 1821, a maior parte dos manuscritos a acompanhou, ficando aqui, entretanto, mais de mil códices.

A MEMÓRIA ELETRÔNICA

No século XIX, o volume da memória coletiva não cabe mais na memória individual. A memória passa a estar representada nas fichas das bibliotecas, dos arquivos e museus.

Durante o século XVIII e parte do século XIX os cadernos de notas e os catálogos de obras eram os suportes da memória; no início do século XX a documentação é a disciplina que organiza a memória

dos museus, dos arquivos, das bibliotecas em fichas. Trata-se, ainda que de maneira rudimentar, de um “verdadeiro córtex cerebral exteriorizado”, nas palavras de Leroi-Gourhan (1990), tendo em vista a possibilidade de arranjos múltiplos por parte de um pesquisador.

Nos anos 50, a introdução dos computadores provoca uma verdadeira revolução da memória: a possibilidade da memória eletrônica, distinta da memória humana por sua duração. A memória humana está sujeita ao esquecimento enquanto a memória das máquinas é ilimitada, dependendo de técnicas de armazenamento.

Outro dado é que os processos de estabilização da memória humana acontecem de maneira distinta da estabilidade da memória das máquinas. São maneiras diferentes, permeadas por fatores culturais, sociais e políticos dentre outros.

A memória das máquinas se impõe pela sua grande estabilidade enquanto materialidade, e é sustentada pelo efeito de transparência produzido pela reprodução e condensação dos registros. Por outro lado, ela reproduz aquilo que já se tornou a memória do Homem, algo parecido ao tipo de memória que representa o livro, mas combinada, no entanto, com uma facilidade de evocação até então desconhecida.

A MEMÓRIA COLETIVA E OS DIFERENTES USOS DA MEMÓRIA

Pierre Nora⁴ definiu a memória coletiva como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado.” Observa que história e memória sempre se confundiram, indo-se da história à memória coletiva. Mas, observa ele, com a influência da mídia, a história imediata caminha em direção de um mundo acrescido de memórias coletivas.

Os arquivos, escreve Nora, são constituídos em função dos diferentes usos que os Estados, os meios políticos e sociais fazem da memória, sendo estes os verdadeiros criadores e denominadores da memória coletiva. Para este autor, lugares topográficos como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações constituem-se em memoriais da história.

Leroi-Gourhan salienta o fato do homem, desde seus primórdios, buscar na constituição de um aparato da memória social dominar problemas da evolução humana, sendo a memória coletiva uma das grandes questões da sociedade:

“A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...] A memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder [...] Nas sociedades desenvolvidas, os novos arquivos (orais e audiovisuais) não escaparam à vigilância dos governantes, mesmo se podem controlar esta memória tão estreitamente como os novos utensílios de produção desta memória, nomeadamente a do rádio e a da televisão”.

De nossa parte, temos a observar que, se por um lado a memória foi sendo cada vez mais pública, esta mesma característica contribuiu, contraditoriamente, para torná-la mais sagrada, mais intocável. Explico-me: se concordamos com Le Goff e com Pierre Nora que a memória é reveladora de esquecimentos e silêncios dos senhores que zelam pela sua construção, o fato de torná-la pública, amplia o número de indivíduos que terão acesso a essa memória, desterritorializada e globalizada pela *inforvia* de informações (este grande latifúndio virtual que é a Internet).

Entendemos que os Bibliotecários, os arquivistas, ao realizarem o seu trabalho de leitura dos documentos, nas instituições onde atuam, com maior ou menor autonomia, se inserem e contribuem para a construção daquilo que vem a ser a memória coletiva (o registro, a história); e o arquivo que daí resulta é elaborado em função do uso que as diferentes instituições fazem da memória.

A MEMÓRIA E O INTERDISCURSO

Observamos, neste percurso que fizemos com Le Goff, como a memória se relaciona com o poder e como este autor a caracteriza em sua exterioridade, como artefato, como técnica.

Zoppi-Fontana⁵ escreve: “os lugares da memória, [...] pelo seu caráter simbólico, se inscrevem no funcionamento imaginário dos

processos de significação, produzindo efeitos não só independentemente da "vontade política" de qualquer setor do Estado, mas sobre ela mesma, produzindo e deslocando os objetos simbólicos que ela pretende controlar. Sabemos, em *Análise do Discurso*, que o lugar da memória pensado como *interdiscurso* (*o lugar da constituição dos sentidos*) é outro: a memória funciona como espaço de legitimação, espaço este que atualiza e reorganiza o imaginário, tendo a linguagem como constitutiva de sentidos e de identidades e não como instrumento de expressão.

BIBLIOGRAFIA

- (1) LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- (2) LEROI-GOURHAN, Andre. *O gesto e a palavra*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990..
- (3) MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro*. São Paulo: Ática, 1996.
- (4) NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista !: o discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas:UNICAMP, 1990.
- (5) ZOPPI-FONTANA, Mónica. *Modernização e discursos democráticos: porta vozes esclarecidos nos tempos de transição*. Campinas: [s.n.], 1994. (tese de doutorado)

ABSTRACT

Explores the librarians role as collective memory constructors starting from the Le Goff's book "History and Memory". It points out towards the construction of the collective memory desterritorialized and globalized as an important problem of the present society, taking into account the librarians and archivists insert themselves with distincts degrees of autonomy in this process. Concludes that memory acts as a space that legitimates, updates and reorganizes the imaginary of the society.

Key-words: memory, librarians, information, imaginary.